

# O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR – RAÍZES E FUTURO



## SÉRGIO PRATAS

Vice-Presidente da Confederação Portuguesa  
das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto (CPCCRD)

### 1.

#### O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA SOCIEDADE PORTUGUESA

Após a Revolução Portuguesa de 1974/75, assistiu-se a um crescimento significativo e generalizado das associações, cooperativas e fundações. Crescimento que não pode ser dissociado da transição de regime, a que se seguirá um quadro de maior porosidade do Estado à participação da sociedade civil e a implementação de vários incentivos – políticos e legais.

Esta mudança acabou por abarcar várias “famílias” associativas e muito em particular a das associações de cultura, recreio e desporto – que tiveram um crescimento substancial nesse período. Verifica-se, por outro lado, que o crescimento se tem mantido constante (incluindo já o século XXI): das atuais associações com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio, 15 936 foram criadas no século XXI (48% das ativas).

Para além desse crescimento contínuo, que outros traços podemos apontar sobre a evolução deste particular tipo associativo (das associações de cultura, recreio e desporto)? O que mudou nas últimas décadas? O que mudou em Portugal (com reflexos na vida das associações)? A legislação associativa foi alterada? Com que efeitos? As associações conseguiram adaptar-se ao novo contexto tecnológico? O que mudou internamente?

Para responder a estas questões, foram mobilizados dois recursos distintos – e complementares. Em primeiro lugar, dados recolhidos através de entrevistas semi-diretivas aos dirigentes das estruturas do CNAP (Conselho Nacional do Associativismo Popular) e da CPCCRD (Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto). A que se juntaram dados de fontes secundárias, com particular destaque para dois estudos realizados no Concelho de Loures – de caracterização das associações de cultura, recreio e desporto. Estudos que – face ao campo de observação e objetivos – permitem uma análise longitudinal.

A sociedade portuguesa tem vindo a conhecer, ao longo das últimas décadas, um significativo processo de modernização, e que se traduz em domínios muito diversos:

- A transformação das estruturas económicas e empresariais;
- O desenvolvimento da ciência e da tecnologia;
- A escolarização das novas gerações e a recomposição socioprofissional;
- A feminização e progressiva terciarização do trabalho;
- A urbanização da população e dos espaços;
- A alteração dos padrões demográficos e de vida familiar;
- A democratização das estruturas políticas;
- E a mediatização do espaço público e o alargamento do acesso tecnologicamente suportado à informação (Cardoso *et al.*, 2015: 19).

Processo que está, todavia, longe de estar terminado; e não foi linear, nem isento de obstáculos e contradições. E que conduziu o país a uma encruzilhada:

Portugal encontra-se assim numa encruzilhada, associando traços e dinâmicas de modernidade, comuns a muitas das nações europeias (em relação às quais a comparação se torna inevitável), a vestígios de uma sociedade mais arcaica, que tendem a persistir e a obstruir algumas das transformações em curso. Enfrenta, por um lado, muitos dos novos desafios e paradoxos das sociedades atuais – veja-se o envelhecimento populacional, a emergência de novas formas de pobreza, a crise das estruturas democráticas ou a mediatização da

sociedade. Mas, por outro, suporta os traços induzidos pela manutenção de antigas estruturas e disposições sociais, obstáculos ao necessário, e tão comentado, processo de convergência. Exemplos desses atrasos são a especialização económica em setores de fraca intensidade tecnológica, a manutenção de deficientes níveis de qualificação da população, a insuficiência dos apoios sociais ou o ainda limitado desenvolvimento das novas classes médias (Cardoso *et al.*, 2015: 19-20).

Qual foi o impacto desse processo de modernização na vida das associações? Quais as transformações com maior impacto nas associações de cultura, recreio e desporto? Questionaram-se os dirigentes com presença no CNAP e os presidentes das estruturas da CPCCRD a esse propósito. E os entrevistados referiram (e acentuaram) as seguintes mudanças:

a) Transformações do trabalho e do emprego

Os entrevistados referem fundamentalmente duas realidades:

- A da desregulação do tempo de trabalho (bancos de horas, flexibilidade e horários alargados); e
- A da precarização dos vínculos de trabalho e a instabilidade laboral.

Áreas que acabam por dificultar o recrutamento de novos dirigentes – sobretudo dirigentes jovens.

b) Envelhecimento da população

Realidade com reflexos a vários níveis: nas atividades promovidas pelas associações, na composição dos corpos sociais, na própria ideologia associativa. Sobre o envelhecimento da população e seus efeitos, ver Cardoso *et al.* (2015: 67).

c) Relações com o poder local democrático

Os dirigentes entrevistados referem a proximidade e forte ligação das associações com as freguesias e municípios – e uma relação centrada na cooperação.

Essa relação tem sido fundamental para a sustentabilidade e afirmação das associações no plano local.

d) Desenvolvimento de uma cultura individualista e hedonista

Como sublinha Lima (2018: 9): “Vivemos num mundo que valoriza a individualidade. A força de vontade, a autodeterminação e a independência. O sermos capazes de ter sucesso por nós próprios”.

Realidade que conduz ao desinteresse pela vida coletiva e a uma crescente desconfiança em relação aos outros e às instituições.

e) Forte concorrência do setor privado lucrativo – e da televisão

Existe hoje uma diversificada oferta cultural e desportiva – que concorre diretamente com a atividade promovida pelas associações.

Para além disso, a televisão assume-se com o principal meio de informação e de entretenimento da população portuguesa, “muito em particular das gerações mais velhas e menos escolarizadas, caracterizadas não só por mais baixos índices de leitura, mas, também, por uma mais fraca adesão a práticas culturais *outdoor* e por um maior afastamento face a meios de comunicação baseados em novos suportes tecnológicos” (Cardoso *et al.*, 2015: 82).

Esta realidade coloca fortes (e novos) desafios às associações. Faz sentido concorrer com essas ofertas?

f) Evolução tecnológica

Como referem Cardoso *et al.* (2015: 361):

“Uma questão em aberto no processo de transição para a sociedade em rede tem a ver com a relação ambivalente entre as dinâmicas de difusão e as dinâmicas de desigualdade, designadamente a respeito da utilização da internet e das redes sociais. O que há uma década era ainda um processo embrionário transformou-se agora numa realidade disseminada. Mas não homogeneamente, longe disso. As desigualdades a este respeito, relacionadas aliás com outras desigualdades sociais, revelam agora a formação de novas clivagens e o surgimento de tendências contraditórias”.

Esta desigualdade manifesta-se nas associações (e nos seus principais intervenientes). Como referem alguns dos entrevistados, houve associações que se adaptaram “aos novos tempos” e outras que não conseguiram.

E mesmo as que se adaptaram, investindo nas tecnologias, estão hoje confrontadas com um enorme desafio: a existência de dirigentes, associados e

praticantes perfeitamente familiarizados com a internet e as redes sociais, a par de outros que não utilizam (nem estão habilitados a utilizar) tais recursos.

g) Legislação exigente

A atividade e vidas das associações é hoje fortemente regulada (Pratas, 2016).

E a leitura dos dirigentes a esse respeito revela uma clara ambivalência:

- Por um lado, reconhecem que a legislação associativa ajudou a melhorar os processos e a qualidade dos serviços;

- Por outro, sentem que essa legislação está completamente desajustada da realidade das associações, constituindo um forte obstáculo à sua atividade.

h) Níveis de escolaridade

Como notam Cardoso *et al.* (2015: 42), “os níveis de escolaridade da população registaram processos bastante significativos, principalmente a partir das últimas décadas do século XX”.

Mudança que se refletiu na vida e organização das associações. Os entrevistados referem dois aspetos essenciais: dirigentes com “outra preparação”; e alterações significativas na gestão das associações.

Todas estas mudanças tiveram impacto na vida interna das associações de cultura, recreio e desporto. Mas houve também opções próprias, do movimento associativo, com implicações relevantes. Os dirigentes entrevistados referem a este propósito o papel essencial das estruturas de representação coletiva das associações, fundamentalmente a quatro níveis:

a) Aposta decisiva na capacitação dos dirigentes

Têm sido realizadas muitas ações de sensibilização e formação – muitas delas promovidas pela CPCCRD.

Os dirigentes estão hoje melhor preparados – e isso reflete-se na gestão, nos processos internos (e cumprimento da legislação) e na qualidade dos serviços e atividades.

b) Aposta no apoio técnico às associações

A CPCCRD e várias estruturas distritais e concelhias têm serviços de apoio jurídico e contabilístico às suas associadas.

c) Aposta no conhecimento

A CPCCRD tem vindo a apostar fortemente nesta área, sobretudo na última década. Foram publicadas várias obras de referência (com o apoio da CPCCRD), foi criada uma revista científica (Análise Associativa) e foi criado o observatório do associativismo popular (OBAP).

Esta é outra área estratégica (segundo os entrevistados): que permite criar perspetiva e melhorar a governação das associações.

d) O processo “reivindicativo”

Que veio dar visibilidade a alguns problemas e permitiu influenciar várias alterações legislativas.

A análise longitudinal da realidade associativa no Concelho de Loures – com base nos dois estudos referidos – permite, também, identificar várias mudanças relevantes. Verifica-se, em primeiro lugar, que há diferenças (e positivas) ao nível “da formalização, da organização e do caminho para uma maior transparência”:

É ao nível da formalização, da organização e do caminho para uma maior transparência, que se começam a denotar as maiores diferenças passados 30 anos, em parte fruto das exigências legais e fiscais e dos normativos que regulam a atribuição de apoios, nomeadamente municipais (...) (Abrantes e Gomes, 2020: 148).

Há também alterações significativas no regime de utilização das sedes próprias: atualmente, o regime predominante de utilização é o de cedência, enquanto que em 1989/90 era o de arrendamento. Mudança associada ao aprofundamento das relações com o poder local democrático.

As receitas próprias continuam a ser a principal fonte de financiamento das associações, embora assumam hoje uma menor expressão. Em simultâneo, assiste-se a um aumento substancial (duplicação) dos apoios/subsídios – com particular relevância para os apoios das autarquias locais (Abrantes e Gomes, 2020: 151).

Outra área onde as diferenças são visíveis é a da utilização das tecnologias da informação e comunicação:

(...) o recurso às tecnologias da informação e comunicação é transversal à maioria das associações, cujos dirigentes afirmam usar a internet diariamente, realidade bem distinta da que se vivia aquando da realização do estudo anterior. A par do telefone, o correio eletrónico é hoje o principal meio de comunicação utilizado. As redes sociais, sobretudo o *Facebook*, são uma novidade face a 89/90, bem como a existência de sites, blogs e até *newsletters*, outros dos sinais dos tempos que fazem a diferença passados trinta anos e que permitem às associações um potencial acrescido de divulgação da sua atividade, de captação de frequentadores, maior proximidade e relacionamento externo (Abrantes e Gomes, 2020: 153-154).

E há também diferenças ao nível dos principais protagonistas – membros dos corpos sociais. Como referem Abrantes e Gomes (2020: 156 e seguintes):

- a) Quando falamos deste tipo associativo e dos seus principais protagonistas, continuamos a falar de um universo eminentemente masculino. Não obstante, nota-se que está em curso uma mutação e que a presença das mulheres é cada vez mais efetiva;
- b) Não é possível caracterizar as mudanças ao nível da idade dos dirigentes, profissões e classes sociais (como referido, os universos inquiridos nos dois estudos são diferentes).

Apesar disso, pode (em relação aos atuais presidentes da direção) concluir-se o seguinte:

Revela-se nesta distribuição dos presidentes das Direções das associações do Concelho de Loures, por um lado, a presença de uma pluralidade de pertenças de classe social, e, por outro lado, uma tendência nítida para as classes de maiores recursos predominarem entre estes dirigentes associativos (Nunes *et al.*, 2020: 78).



Estes dois estudos, de cariz local, mostram uma evolução (no Concelho de Loures) claramente alinhada com as transformações ocorridas no plano nacional – já referidas. E acrescentam várias interrogações de grande interesse (e que podem ser transpostas para outros âmbitos, como o nacional): por exemplo, sobre o financiamento das associações; ou sobre as classes sociais e participação associativa.



## 2.

### ECONOMIA SOCIAL E ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

As associações de cultura, recreio e desporto constituem a maior “família” associativa, em Portugal – e também a maior “família” da economia social. De acordo com a Conta Satélite da Economia Social – 2016 (2019), existem em Portugal 71 885 entidades (ou organizações) sem fins lucrativos, das quais 32 759 são associações de cultura, recreio e desporto (ou seja, 46%).

A diferença em relação à segunda maior “família” associativa (a das entidades religiosas) é significativa: são 8 533 entidades (ver quadro 1). E o mesmo acontece na comparação com as restantes entidades da economia social:

- a) Cooperativas (2 343 entidades);
- b) Associações mutualistas (97 entidades);
- c) Misericórdias (387 entidades);
- d) Fundações (619 entidades);
- e) Instituições particulares de solidariedade social (5 622 entidades);
- f) Subsetores comunitário e autogestionário (1 678 entidades).

Apesar dessa forte expressão numérica, as entidades de cultura, comunicação e atividades de recreio representavam em 2016 apenas cerca de 5% do total do emprego remunerado e do VAB das entidades sem fins lucrativos (ver quadro 1). A saúde e os serviços sociais foram as áreas de atividade mais relevantes em termos de VAB e emprego: a saúde foi responsável por 24,6% do VAB e 32,1% do emprego remunerado; e os serviços sociais geraram 24,3% do VAB e 29,8% do emprego remunerado.

Quanto à distribuição geográfica (análise territorial), verifica-se uma maior concentração de associações de cultura, comunicação e atividades de recreio no norte e centro do país (mapa 1). Sendo o Alentejo a região com mais associações por 1000 habitantes (mapa 2).

| Classificação internacional de organizações sem fins lucrativos e do terceiro setor | Unidades de atividade económica<br>N.º | Emprego<br>ETC | Emprego remunerado<br>ETC | VAB<br>10(6) euros |
|---|--|----------------|---------------------------|--------------------|
| Cultura, comunicação e atividades de recreio  | 33 722                                 | 12 048         | 11 789                    | 242                |
| Educação  | 2 594                                  | 29 966         | 29 811                    | 671                |
| Saúde   | 2 386                                  | 75 503         | 75 460                    | 1 186              |
| Serviços sociais  | 6 978                                  | 70 196         | 70 000                    | 1 170              |
| Atividades de proteção ambiental e de bem estar animal                              | 726                                    | 714            | 702                       | 10                 |
| Desenvolvimento comunitário e económico e habitação                                 | 2 106                                  | 2 606          | 2 439                     | 37                 |
| Atividades de intervenção cívica, jurídica, política e internacional                | 5 912                                  | 2 797          | 2 769                     | 50                 |
| Filantropia e promoção do voluntariado  | 322                                    | 190            | 186                       | 3                  |
| Religião  | 8 533                                  | 9 802          | 9 797                     | 175                |
| Organizações empresariais, profissionais e sindicatos                               | 3 815                                  | 8 268          | 8 128                     | 153                |
| Serviços profissionais, científicos e administrativos                               | 2 547                                  | 5 976          | 5 775                     | 303                |
| Outras atividades   | 2 244                                  | 18 222         | 18 030                    | 821                |
| TOTAL   | 71 885                                 | 236 288        | 234 886                   | 4 819              |
| ECONOMIA NACIONAL   | -                                      | 4 419 870      | 3 839 523                 | 162 226            |

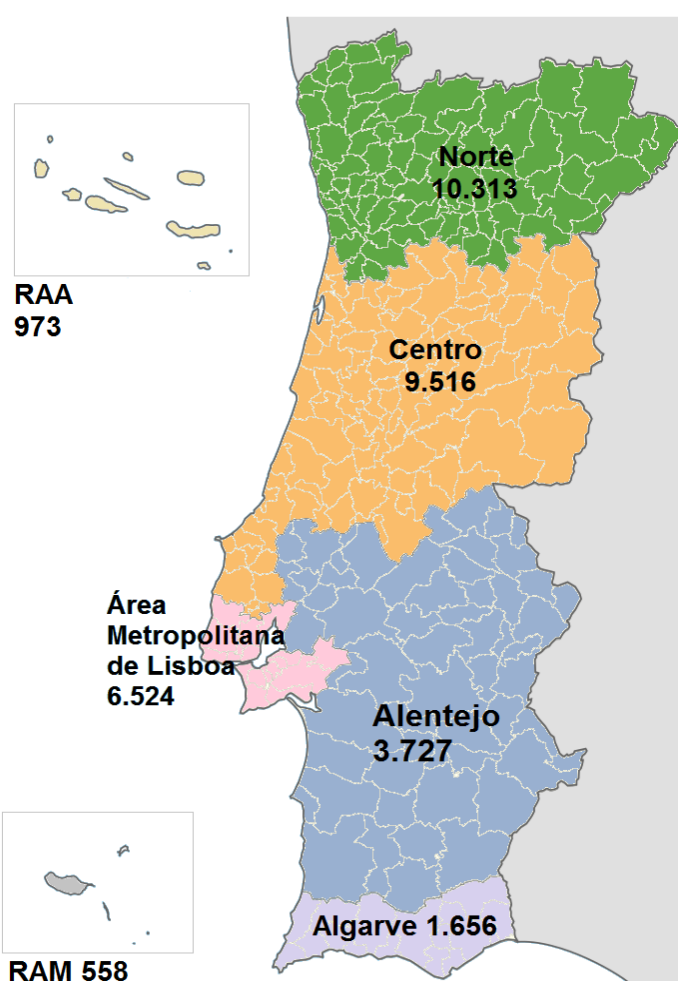
Quadro 1

Distribuição dos principais indicadores segundo a classificação internacional de organizações sem fins lucrativos e do terceiro setor (2016)

Fonte: Conta Satélite da Economia Social (2016) – INE (2019).

Comparando a distribuição territorial das associações com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio com a da totalidade das entidades sem fins lucrativos, verificam-se algumas regularidades:

- a) A região norte é a que tem maior número de unidades (nos dois casos);
- b) E o Alentejo a região com mais unidades por 1000 habitantes (também nos dois casos).



Mapa 1

Distribuição das associações com fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio por NUTs II (2016)

Fonte imagem: Wikipédia, 2005. Retirado a 10 de setembro de 2020 de [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portugal\\_NUTS\\_II.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portugal_NUTS_II.svg)

Fonte dos dados: Conta Satélite da Economia Social (2016) – INE (2019)



Mapa 2

Distribuição das associações com fins altruísticos com atividades de cultura, comunicação e atividades de recreio por 1000 habitantes e por NUTs II (2016)

Fonte Imagem: Wikipédia, 2005. Retirado a 10 de setembro de 2020 de [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portugal\\_NUTS\\_II.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Portugal_NUTS_II.svg)

Fonte dados: INE – Estimativas Anuais da População Residente, (2016).

Retirado a 10 de setembro de 2020

de <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>.

E Conta Satélite da Economia Social (2016) – INE (2019)

3.

OS EFEITOS DAS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA,  
RECREIO E DESPORTO

Quais os efeitos (no plano social, económico, cultural, para a democracia) das associações de cultura, recreio e desporto? Com o presente ponto procurar-se-á responder a esta questão. Nele se cruzarão dados de fontes secundárias – nomeadamente, publicações estatísticas e outros estudos sobre a realidade portuguesa – com os dados das entrevistas semi-diretivas realizadas aos membros do CNAP e aos presidentes das estruturas da CPCCRD.

As associações de cultura, recreio e desporto exercem um papel importante no processo de socialização dos indivíduos. Papel que foi destacado por vários dos dirigentes entrevistados. Para além disso, os dirigentes do CNAP e das estruturas da CPCCRD identificaram, ainda, seis outros efeitos deste tipo associativo: reforço da coesão social e da coesão territorial; promoção da saúde e bem-estar das populações; democratização da cultura e desporto; outros efeitos democráticos; e efeitos no plano económico.

No âmbito da coesão social, os dirigentes ouvidos referem quatro dimensões fundamentais:

- a) As associações de cultura, recreio e desporto são agregadoras;  
A densificação urbana e metropolitana veio acentuar a heterogeneidade social e dos estilos de vida, a generalização do anonimato e da individualização. E veio destruir as relações de solidariedade de cariz comunitário. As associações de cultura, recreio e desporto contrariam esse efeito.
- b) Favorecem a integração inter-geracional;  
Veja-se o que acontece, por exemplo, com as bandas filarmónicas – que integram homens e mulheres de várias idades, profissões e classes (Lourosa, 2012: 108).
- c) São essências para a integração dos idosos;
- d) E promovem o sentimento de pertença.

Vários dos entrevistados referiram, também, a importância das associações de cultura, recreio e desporto para a coesão territorial:

*“Em zonas de baixa densidade populacional, por vezes são a única instituição social que existe. Recebe-se o correio, vende-se pão, funciona como centro de convívio. Há até situações em que é lá que se vai cortar o cabelo”.*

Outro efeito muito referido diz respeito às implicações para a saúde física e mental dos indivíduos: os dirigentes entrevistados sublinham a importância da participação nas associações para a saúde e felicidade.

Lima (2018: 69-70) explica esse efeito: “Neste último capítulo, quero ir um pouco mais longe e partilhar convosco investigação que mostra, de forma cada vez mais sólida, que a interação social não nos traz «apenas» felicidade (ou desespero): a relação com os outros afeta a nossa saúde. Sim, é mesmo verdade: ter boas relações com os outros contribui para estarmos menos suscetíveis a doenças e para uma maior esperança de vida”. Num estudo posterior (2019), Lima procura desenvolver a tese de que a participação associativa não é apenas “uma questão de civismo, é uma questão de saúde e de felicidade”:

O tempo empregue em prol das associações, o esforço que dedicamos a instituições coletivas, o trabalho que fazemos para os outros, por iniciativa própria e sem esperar compensações é, tem mostrado a investigação, extremamente bem empregue. Embora ninguém faça voluntariado ou se empenhe numa organização associativa para conseguir vantagens pessoais, o certo é que este altruísmo compensa. Em termos de maior sentido para a vida – por sentirmos que participamos em algo maior do que nós, que vai para além do corriqueiro do dia a dia e que contribui com um bocadinho para um mundo um pouco melhor. Em termos de maior ligação aos outros – tanto enquanto coletivo, como na criação de cumplicidades, laços de ajuda mútua e de solidariedade (Lima, 2019: 25).

Os estudos realizados sobre a motivação para o associativismo (em associações de cultura, recreio e desporto) confirmam esta tese: a maioria dos dirigentes não se tornou membro da associação a pensar nesse retorno (Pereira *et al.*, 2020: 62; e Ornelas *et al.*, 2013: 96). O estudo ao associativismo do Concelho de Loures (Pereira *et al.*, 2020: 62) ilustra bem o exposto: a maioria dos dirigentes tornou-se membro da associação por gostar da atividade (45%), para ajudar os outros (15%), por uma sociedade melhor (14%) ou por “carolice” (14%); e só 8% dos inquiridos responderam “para dar mais sentido à minha vida”.

Outro efeito relevante diz respeito à promoção do acesso por todos à cultura e ao desporto. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, “todos têm direito à cultura” (n.º 1 do artigo 73.º), bem como à “cultura física e ao desporto” (n.º 1 do artigo 79.º). A Constituição explica como é que devem ser concretizados tais direitos:

“O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais” (n.º 3 do artigo 73.º).

“Incumbe ao Estado, em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, bem como prevenir a violência no desporto” (n.º 2 do artigo 79.º).

Sobre esta temática, importa acrescentar que as taxas de práticas culturais em Portugal se situam, normalmente, entre as mais baixas dos países europeus (Neves e Gomes, 2018: 42 e 44); e também que as desigualdades culturais e as desigualdades educativas estão diretamente relacionadas: os indivíduos com níveis e práticas culturais mais elevados são tendencialmente mais escolarizados (Neves e Gomes, 2018: 46). Esta realidade sugere a importância de políticas culturais públicas em Portugal de duplo sentido: “atenção acrescida quanto ao acesso à cultura e às práticas culturais por parte da população com

níveis de escolaridade mais baixos; sem descurar, contudo, medidas direcionadas para aqueles com escolaridade alta” (Neves e Gomes, 2018: 48).

É em relação ao primeiro sentido ou objetivo – esbatimento das barreiras sociais – que as associações de cultura, recreio e desporto têm uma importante palavra a dizer – podendo vir a assumir um papel ainda mais relevante. Como? Através do reforço da colaboração com as autarquias – municípios e freguesias. E por via do estabelecimento de parcerias com o Ministério da Cultura (e serviços da Administração central).

Para além do impacto na democratização da cultura e do desporto, os dirigentes auscultados referiram, ainda, outros efeitos democráticos das associações de cultura, recreio e desporto:

- a) Referem que este tipo associativo promove a cooperação e a participação cidadã – são uma “escola de cidadania”;
- b) Ao nível institucional, são referidas ainda duas outras implicações democráticas: as parcerias com os poderes públicos, sobretudo com o poder local democrático; e a representação de interesses (das comunidades e do movimento associativo popular).

Os entrevistados destacaram, ainda, os efeitos económicos das associações de cultura, recreio e desporto: “*criam emprego, fundamentalmente as grandes coletividades*”; “*enquadraram muitas horas de trabalho voluntário, sobretudo por parte de dirigentes*”; “*pagam impostos*”; “*são contribuintes líquidos do orçamento do Estado*”; “*são essenciais na dinamização da economia local*”.

Perceção que está em sintonia com os dados da Conta Satélite da Economia Social. Como já referido, as associações de cultura, comunicação e atividades de recreio representam cerca de 5% do total do emprego remunerado e do VAB das entidades sem fins lucrativos (quadro 1).



4.

A NARRATIVA DA CRISE E O FUTURO DAS ASSOCIAÇÕES DE CULTURA,  
RECREIO E DESPORTO

Há uma narrativa com fortes raízes no meio associativo: a de que as associações estão em crise – crise que vai atravessando diferentes épocas. Narrativa que “é o resultado da idealização de um passado glorioso que supostamente teria perdido dinâmica e se encontra em processo de decomposição” (Capucha e Nunes, 2020: 161). Raramente quem constrói e reproduz essa imagem se dá ao trabalho de verificar como eram de facto, e não na imaginação, as realidades idealizadas:

Seria fácil há 50, 100 ou mais anos encontrar quem dirigisse as associações? A dificuldade em encontrar pessoas capazes e disponíveis para se entregar por inteiro a essa tarefa era maior do que hoje? Quantos jovens (descontado o fenómeno do alongamento da esperança média de vida) eram dirigentes associativos? Provavelmente poucos e talvez menos do que hoje, dado que a própria juventude era uma condição rara e breve para a esmagadora maioria das classes populares. As associações em qualquer dessas alturas germinavam como espigas de trigo por todo o lado? Então, porque são tão raras e notáveis as que persistem? Seria o tecido associativo tão diversificado como hoje? Queixas a respeito da crise do associativismo e da dificuldade em encontrar dirigentes são coisas que também abundavam nesses outros tempos (Capucha e Nunes, 2020: 161).

Perguntou-se aos dirigentes entrevistados se as associações de cultura, recreio e desporto já estavam em crise antes da pandemia da COVID-19. E a maioria respondeu que não: que havia problemas (como o da dificuldade no recrutamento de novos dirigentes), mas não uma crise. O que revela forte sentido crítico destes dirigentes – que não reproduzem a narrativa dominante.

Quais então os aspetos mais marcantes dos primeiros anos do século XXI (para este tipo associativo)? Um desses aspetos (e provavelmente dos mais significativos) foi o da criação



e consolidação da CPCCRD. A CPCCRD foi criada em 2003, na sequência do Congresso Nacional de Coletividades em 2001 (Loures). E conseguiu afirmar-se na década seguinte, como se descreve na nota de abertura do livro do Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes de 2015 (2016: 5):

Entre 2001 e 2015 conseguiu-se estruturar o associativismo transformando a Federação das Coletividades em Confederação; criar Federações Distritais e Associações Concelhias; duplicar o número de filiadas; o Estatuto de Parceiro Social; o Dia Nacional das Coletividades; o Dia das Bandas Filarmónicas; o Estatuto do Dirigente Associativo; estabelecer protocolos com Universidades; realizar e publicar estudos científicos que dão credibilidade e visibilidade ao associativismo; intervir nas Leis de Bases do Desporto e na Lei de Bases da Economia Social; participar no Ano Europeu do Voluntariado; ser reconhecido pelo INE como a maior rede de entidades da economia social e do voluntariado a nível nacional; ter assento no Conselho Nacional para a Economia Social e no Conselho Nacional do Desporto; estabelecer relações internacionais a vários níveis; desenvolver projetos nacionais com apoio de fundações e empresas e construir pontes e consensos entre entidades (famílias) associativas.

Convém ainda acrescentar a este elenco de realizações e conquistas a criação do CNAP (na sequência do Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes de 2015); a integração da CPCCRD no Conselho Económico e Social; e a criação da Confederação Portuguesa de Economia Social, em 2018 (sendo a CPCCRD uma das suas estruturas fundadoras).

A crise económica e financeira de 2008 constituiu outro acontecimento marcante. As associações de cultura, recreio e desporto mostraram possuir forte capacidade de resistência. E ajudaram a amortecer os impactos da forte crise social que se seguiu. O exemplo mais comum diz respeito ao pagamento de mensalidades: muitos pais deixaram de poder suportar as mensalidades dos filhos (do futebol, do andebol, do teatro). Mas (em muitos casos) os filhos continuaram a frequentar as referidas atividades – mesmo sem o pagamento previsto.

E o presente? Como podemos qualificar a situação das associações de cultura, recreio e desporto hoje (em contexto de pandemia)? A questão foi colocada aos dirigentes do CNAP e estruturas da CPCCRD. E a resposta (tirando a realidade específica dos cineclubes) foi unânime: as associações estão a “passar uma das suas maiores crises”. Crise que é generalizada, mas tem algumas nuances:

- a) Crise financeira (mantiveram-se as despesas e as receitas foram substancialmente reduzidas).

Crise que foi atenuada (ou mesmo resolvida) em vários concelhos do país, com o apoio das autarquias locais – fundamentalmente dos municípios.

- b) Encerramento das sedes e muitas atividades – com todas as consequências daí decorrentes (ver efeitos – ponto 3).

- c) Desmobilização – e encerramento definitivo de associações.

De acordo com um dos entrevistados: *“os dirigentes estão muito desanimados. Há um risco muito grande de desmobilização. Em minha opinião, 10% das associações já não vão retomar a atividade”*.

E o futuro? Um dos traços deste tipo associativo é o da resiliência. Haverá certamente associações que encerrarão. Mas a grande maioria vai resistir – e continuar a funcionar. Por outro lado, a pandemia veio criar algumas oportunidades. Há associações que estão a utilizar diversas plataformas digitais para realizar reuniões, eventos (debates) e até assembleias gerais. Experiência nova, com resultados (em alguns casos) interessantes. Será que tais experiências vieram para ficar?

Há também duas outras áreas que assumirão, muito provavelmente, nos próximos anos, um forte protagonismo: a das parcerias (e da governação integrada) e a da democracia interna. A primeira constitui o fio condutor do Manifesto Associativo 2015 – Recomendações Estratégicas (aprovado no Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes de 2015 – 2016: 148-151): criação de parcerias entre as próprias associações (a nível local, regional e nacional); com outras entidades da economia social; com as empresas; com as autarquias locais; com o Governo; com as Universidades.



A segunda diz respeito a uma “marca genética” deste tipo associativo. As associações de cultura, recreio e desporto são organizações democráticas – sempre foram. Mas estão hoje confrontadas com duas ameaças sérias: o reduzido número de associados que participa e intervém nas assembleias gerais (salvo em momentos críticos); e a existência de poucos jovens nos corpos sociais. Matéria que exige reflexão – e uma estratégia que permita inverter esse quadro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrantes, Eugénia e Luís Gomes (2020), “Associativismo Popular em Loures: o que mudou?”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Banha, Rui (org.) (1994), *O Associativismo em Loures. Retrato das Associações Voluntárias com Atividades Culturais, Recreativas e Desportivas (1989/90)*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Capucha, Luís e Nuno Nunes (2020), “Posfácio”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Ana Rita Coelho e André Pereira (2015), *A Sociedade em Rede em Portugal. Uma Década de Transição*, Coimbra, Almedina.
- Congresso Nacional das Coletividades, Associações e Clubes – Associativismo Popular, uma força social com visão e com futuro!* (2016), Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Conta Satélite da Economia Social 2016 e Inquérito ao Trabalho Voluntário 2018* (2019), Lisboa, Cases – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e INE – Instituto Nacional de Estatística.
- Leitão, Simão Cardoso, Gustavo Pereira, Joaquim Ramos e Alexandre Silva (2009), *Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*, Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Lima, Maria Luísa Pedroso de (2018), *Nós e os outros. O poder dos laços sociais*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lima, Maria Luísa Pedroso de (2019), “Associem-se! Pela vossa saúde!”, *Análise Associativa*, n.º 6.
- Lopes, João Teixeira (2020), “Sociedade: um século desigual e de contratempos”, em *O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura, império*, Lisboa, Tinta da China.

- Lourosa, Helena Maria Matos (2012), *À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-Ul*, Tese de doutoramento em Música, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Neves, José Soares e Rui Telmo Gomes (2018), “Práticas culturais e acesso à cultura”, em Renato Miguel do Carmo, João Sebastião, Joana Azevedo, Susana da Cruz Martins e António Firmino da Costa (orgs.), *Desigualdades Sociais. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Nunes, Nuno, Luís Capucha, Patrícia Ávila e Viriato Queiroga (2020), “Classes sociais e Participação Associativa”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Ornelas, José, Teresa Duarte, Tiago Seixas, José Jerónimo, Artur Martins, Cátia Matos, Deolinda Nunes, Faustino Varela e Luís Costa (2013), *Liderança Comunitária. Estudo Colaborativo com Dirigentes Associativos*, Lisboa, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Pereira, Jéssica, Inês Rafael, João Rodrigues, Nuno Nunes, Luís Capucha e Patrícia Ávila (2020), “Os Presidentes de Direção: caracterização social”, em Alfredo Santos, Eugénia Abrantes, Luís Capucha, Nuno Nunes e Patrícia Ávila (orgs.), *Movimento Associativo Popular no Concelho de Loures – 2019*, Loures, Câmara Municipal de Loures.
- Pratas, Sérgio Manuel (2015), “Políticas sociais contemporâneas e associativismo popular”, *Análise Associativa*, n.º 2.
- Pratas, Sérgio Manuel (2016), *Um outro olhar sobre o associativismo popular*, Lisboa, CPCCRD.
- Viegas, José Manuel Leite (2004), “Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspetiva comparativa europeia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 46.